

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO-MG.

PROCESSO LICITATÓRIO 21/2022

EDITAL 03/2022

CONSTRUTORA QUEIROZ PARREIRA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 11.479.422/0001-08, com sede na Avenida Faria Pereira, 1883, Constantino, em Patrocínio-MG, na qualidade de empresa licitante do certame em epígrafe, vem respeitosamente perante Vossas Senhorias interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, nos termos do artigo 109, I, 'b', da Lei 8.666/93, contra decisão desta digna comissão que inabilitou esta recorrente, demonstrando as razões de fato e fundamentos a seguir aduzidos.

1. DA TEMPESTIVIDADE.

A Comissão de Licitação preferiu a decisão em 25/02/2022, sob o prazo legal de 5 (cinco) dias úteis para eventual recurso e, considerando os feriados do carnaval (dias não úteis), tem como término em 08/03/2021 (terça-feira), sendo este, porquanto, tempestivo.

2. SÍNTESE DOS FATOS E REFORMA DA DECISÃO.

O Município de Monte Carmelo-MG divulgou Edital de Licitação, sob modalidade tomada de preços, tipo menor preço global, para contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para construção da Casa Lar, neste município, com valor de contratação estimado de R\$ 1.270.451,14, conforme edital e documentos – sendo composto o certame pelas etapas de (I) Habilitação e (II) Proposta de Preços.

No dia 25/02/2022 às 9h, data da abertura dos envelopes, compareceram as empresas CONSTRUTORA QUEIROZ PARREIRA, ora recorrente; SÉCULOS CONSTRUTORA LTDA (CNPJ 03.698.525/0001-30) e; SEVAL CONSTRUÇÕES LTDA (CNPJ 15.144.323/0001/26).

Em decisão, a comissão inabilitou esta recorrente por entender que seus atestados de capacidade técnica são incompatíveis com o solicitado ao item 26.3, letra (a.11). Ainda pela comissão, somente foi habilitada a licitante SEVAL CONSTRUÇÕES LTDA, por entender estar cumprido os requisitos do edital.

Aberto a palavra, o representante da recorrente suscitou que “o Atestado de capacidade técnica da empresa **SEVAL CONTROÇÕES LTDA – ME**, não atende o item 26.8 do edital. Uma vez que o atestado apresentado é somente do profissional RT, e não da empresa licitante.”, contudo, esta comissão de licitação nada pronunciou acerca do suscitado.

Em que pese seu costumeiro acerto, a decisão da CPL não se mostra consentânea às normas editalícias e legais aplicáveis ao caso, tampouco demonstra a isonomia e paridade no julgamento dos documentos de habilitação, merecendo reforma como adiante restará demonstrado.

3. RAZÕES DE REFORMA.

3.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA RECORRENTE CONSTRUTORA QUEIROZ PARREIRA LTDA. APTIDÃO. SERVIÇOS SEMELHANTES. POSSIBILIDADE. HABILITAÇÃO.

A decisão exarada por esta comissão não se sustenta e merece reforma pela ausência de fundamentos técnicos e jurídicos para inabilitar esta recorrente, vez que as exigências exacerbadas não merecem prosperar, tampouco está embasada no substrato legal ou fático.

Diferentemente do correto acatamento, esta digna comissão de licitações deixou de observar os preceitos legais que regem o processo licitatório, cuja reforma é medida de rigor para restabelecer a legalidade e probidade do certame.

Senão vejamos.

A administração pública, em qualquer âmbito, deverá pautar-se aos princípios da legalidade e moralidade, a motivação, a isonomia, a imparcialidade, presentes no artigo 37 da CRFB/88,¹ além de outros implícitos, como a boa-fé e probidade que lhes são próprios, aplicáveis às licitações e contratos administrativos como dispõe no artigo 3º da lei 8.666/93².

O inciso XXI, do art. 37, CRFB/88, vem ressaltar que as licitações para obras assegurarão a igualdade de condições e que, *in verbis*, "(...) somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Por sua vez, as exigência da capacitação de ordem técnica tem o fito de estabelecer parâmetros de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, devendo estar em acordo com o disposto no artigo 30, §1º, I, e §2º da lei 8.666/93:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: (...)

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito

¹ **Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da união, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

² **Art. 3º.** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.



público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, **detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes**, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

Nessa ordem de ideias, a exigência de ordem técnica devem comprovar regularmente o desempenho de atividade pertinente e compatível em características similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalentes ao objeto licitado.

Cumpre trazer à baila que, serviços de características semelhantes não se confunde à ideia de idêntico, mas sim que possibilita a mesma funcionalidade a que se destina, permitindo também a ampla concorrência entre licitantes.

Como elencado no edital, a administração municipal definiu como sendo 11 (onze) os serviços de maior relevância técnica e de valor significativo para a obra, conforme item 26.3:

- a) Atestados de Construção civil, (construção de edifícios), contemplando os seguintes itens;
- a.1) Fundações (Estacas brocas de concreto, Montagem e desmontagem de Fôrmas);
- a.2) Superestrutura (Fornecimento de concreto estrutural; laje pré-moldada);
- a.3) Alvenaria de vedação de Blocos Cerâmicos;
- a.4) Esquadrias e Ferragens (Fornecimento e assentamento de Janelas);
- a.5) Coberturas e Proteções (Estrutura de Madeira com Telhas Cerâmicas);
- a.6) Pisos, Rodapés e Revestimentos;
- a.7) Pintura (Pintura com tinta Látex, Acrílica e Esmalte);
- a.8) Instalações Elétricas;
- a.9) Instalações Hidráulicas;
- a.10) Instalações Sanitárias;
- a.11) Piso de Borracha Reciclável Monolítico Colorida Espessura mínima 4cm, para Playground;

Como apontado acima, a recorrente foi inabilitada do certame por decisão desta comissão de licitação que, a princípio, entendeu não terem sido atendidas exigências quanto aos atestados de qualificação técnica, pois incompatíveis com o solicitado no item 26.3, letra a.11, à saber **"Piso de Borracha Reciclável Monolítico Colorida Espessura mínima 4cm, para Playground"**.

O item em questão (26.3, letra a.11) detém o quantitativo de execução em 38,00m² (trinta e oito metros quadrados) com valor estimado em 17.290,00, o que corresponde a tão somente 1,36% do valor total da obra.

Quanto a isso, a recorrente apresentou atestado técnico que cumpriria à exigência técnica, contemplando o seguinte item: **PISO EMBORRACHADO ULTRA IMPACT, ESPESSURA 40mm, em quantitativo executado de 43,36m²**, logo, objeto semelhante e de mesma funcionalidade ao requisitado em edital, somente de nomenclatura diferente, valendo destacar o maior quantitativo atestado.

Veja a descrição do item **PISO EMBORRACHADO ULTRA IMPACT**: “Piso composto por grânulos de borracha de pneus reciclado. O piso de borracha reciclado da Rubber é confeccionado conforme os padrões da NBR 16071-3, que trata sobre os requisitos de segurança para pisos absorventes de impacto em Playgrounds. Ou seja, além de ecologicamente correto, o produto também garante a proteção dos usuários. (...) Ele também é atóxico, evitando a contaminação por substâncias nocivas ao organismo” (Fonte: Rubber Pisos. Disponível em: <https://rubberpisos.com.br/saiba-como-e-feito-o-piso-de-borracha-reciclada-sua-importancia-para-o-desenvolvimento-sustentavel-e-a-qualidade-do-produto/>)

De rigor técnico, ambos serviços guardam estrita similaridade e funcionalidade a que se destinam, pois possuem mesmos compostos (grânulos de borracha de pneus reciclados), espessuras (40mm / 4cm) e são próprios para o uso em Playgrounds de forma segura, seguindo os padrões da **NBR 16071-3**, conforme depreende-se das informações obtidas com fornecedores especializados, *vide site*³.

Os serviços em comente, apesar de ser indicado como de grande relevância, não demanda alta complexidade que envolva especialização exclusiva ou técnica inovadora e, como demonstrado, guarda fiel semelhança àquele atestado pela licitante, ora recorrente, estando então apta a executar o objeto licitado sem qualquer intercorrência.

Restando provado o qualificação técnica pela licitante recorrente em objeto semelhante e de mesma técnica de execução ao requisitado em edital, não pode ela ser inabilitada do certame, sob pena de impedimento injusto da concorrência em licitação.

Dessa forma, impedir que o licitante detentor de qualificação técnica semelhante e não menos qualificada, por simplesmente não ser a idêntica, formulada em edital, sem qualquer fundamento ou técnica inovadora, é agir com formalismo extremo à letra fria e inflexível do edital que frustra a livre competição e permitindo interpretações ao direcionamento ilegal, nos termos dos artigos 3º, §1º, I e 7º, §5º da lei 8.666/91, in verbis:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

³ <https://rubberpisos.com.br/saiba-como-e-feito-o-piso-de-borracha-reciclada-sua-importancia-para-o-desenvolvimento-sustentavel-e-a-qualidade-do-produto/>
<https://www.pisoleve.com.br/o-que-e-exatamente-um-piso-de-borracha-monolitico/>



I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 (...)"

"Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência: (...)"

§ 5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório. (...)"

A hipótese de especificidade técnica excessiva exige razões para tal, como desempenho significativamente superior ou condição especial da obra, situações onde seguramente não é o caso aqui.

Nos ensinamentos de **Hely Lopes Meirelles**, (In: *Licitação e Contrato Administrativo*, 2. Ed.), "a orientação é a dispensa de rigorismos inúteis e a não exigência de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados".

Ainda, na lição de Dora Maria de Oliveira Ramos, "não pode a Administração em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame. Assim, se a fixação de quantitativos em parâmetros de tal forma elevados reduzir drasticamente o universo de licitantes, dirigindo a licitação a um único participante ou a um universo extremamente reduzido deles, ilegal será a exigência por violação ao art. 3º, § 1º, I, da Lei nº 8.666/93" (Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos, Malheiros, 4ª Ed., 2000, p. 139)

O brilhante doutrinador **Marçal Justen Filho** apresenta esclarecedor ensinamento acerca do tema:

*"Vale insistir acerca da inconstitucionalidade de exigências excessivas, no tocante à qualificação técnica. (...) Essa competência discricionária não pode ser utilizada para frustrar a vontade constitucional de garantir o mais amplo acesso de licitantes, tal como já exposto acima. **A Administração apenas está autorizada a estabelecer exigências aptas a evidenciar a execução anterior de objeto similar. Vale dizer, sequer se autoriza a exigência de objeto idêntico.***

(...)

*Não é cabível excluir propostas vantajosas ou potencialmente satisfatórias apenas por apresentarem defeitos irrelevantes ou porque o "princípio da isonomia" imporia tratamento de extremo rigor. **A isonomia não obriga adoção de formalismo irracional.** Atende-se ao princípio da isonomia quando se assegura que todos os licitantes poderão ser beneficiados por idêntico tratamento menos severo. Aplicando o princípio da proporcionalidade, poderia cogitar-se até mesmo de correção de defeitos secundários nas propostas dos licitantes."*

Na mesma linha de afastar formalismos excessivos e desnecessários, assim se posiciona o TCU:



"Licitação para contratação de bens e serviços: As exigências para o fim de habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário. (...) Precedente citado: Acórdão nº 7334/2009-Segunda Câmara." (Informativo de Jurisprudência sobre Licitações e Contratos nº 74 do Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 2003/2011-Plenário, TC-008.284/2005-9, Rel. Min. Augusto Nardes, 03.08.2011).

"Recomendação a uma prefeitura municipal para que qualifique, em procedimentos licitatórios com recursos federais, as exigências formais menos relevantes à consecução do objeto licitado, estabelecendo nos editais medidas alternativas em caso de descumprimento dessas exigências por parte dos licitantes, objetivando evitar a desclassificação das propostas, visando a atender ao princípio do formalismo moderado e da obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, sem ferir a isonomia entre os partícipes e a competitividade do certame." (Tribunal de Contas da União, item 9.6.1, TC-002.147/2011-4, Acórdão nº 11.907/2011-Segunda Câmara).

Ademais, o Tribunal de Contas da União já compreendeu como exagerada a necessidade de cumprimento em percentual acima de 50% de quantitativo dos item elencados como de maior relevância:

"(...)9.1.2.1.2. em relação à fixação dos quantitativos mínimos já executados, não estabeleça percentuais mínimos acima de 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço, salvo em casos excepcionais, cujas justificativas para tal extrapolação deverão estar tecnicamente explicitadas, ou no processo licitatório, previamente ao lançamento do respectivo edital, ou no processo licitatório e seus anexos, em observância ao inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal; inciso I do § 1º do art. 3º e inciso II do art. 30 da Lei 8.666/93" (Acórdão 1.284/2003 - Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, publicado no DOU de 15/09/2003)"

A majoritária jurisprudência entende que as exigências de qualificação técnica não devem ser desarrazoadas a ponto de comprometer a natureza de competição que deve permear a licitação. Devem garantir, mínima e suficientemente, para que o futuro contratado venha a cumprir as obrigações contratuais, com esteio aos princípios, dentro outros, da proporcionalidade, razoabilidade, segurança jurídica e do formalismo moderado.

Assim, como demonstrado a licitante recorrente tem qualificação técnica bastante compatível e semelhante aos requisitos no edital 03/2022, seja em funcionalidade, composição, quantitativos e experiência na execução destes serviços, não havendo razão para inabilitá-la do certame licitatório.

Lado outro, não se mostra necessária alta complexidade ou especialização para execução do serviço que motivou a inabilitação da recorrente, tampouco que poderá acarretar em prejuízo à administração.

Nesse prisma, fica evidenciado a aptidão técnica da recorrente, devendo ser julgada habilitada à fase da proposta de preços, como garantia da melhor competitividade, legalidade, isonomia e segurança jurídica dos atos administrativos, dirimindo margem para futuros questionamentos em relação a direcionamento ou preferência ilegítima e apuração de crimes contra a licitação e à administração pública.

Caso ainda paire dúvidas, a licitante tem direito a obter um parecer técnico por profissional engenheiro civil ou outro habilitado pela administração, que indique específica e tecnicamente a equivalência aos serviços do "Piso emborrachado" e da semelhança ou divergência que (in)possibilitem a participação ao certame.

3.2 DA INABILITAÇÃO DA LICITANTE SEVAL CONSTRUÇÕES LTDA. AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL. LICITANTE NÃO DEMONSTROU POSSUIR ATESTADO DE PISO DE BORRACHA.

Como foi anteriormente identificado pela recorrente e registrado na ata de abertura dos documentos de habilitação pugnando pela inabilitação da empresa SEVAL CONSTRUÇÕES LTDA, cabendo aqui transcrever o pedido: “o Atestado de capacidade técnica da empresa SEVAL CONSTRUÇÕES LTDA, não atende o item 26.8 do edital. Uma vez que o atestado apresentado é somente do profissional RT, e não da empresa licitante.”

Sobre isso importante trazermos o que aduz os itens 26.8, 26.9 e 26.10 do edital:

26.8 – Capacitação Técnico-operacional:

26.9 – A capacitação técnica operacional da licitante será comprovada mediante a apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado identificada, devidamente registrado (s) na (s) entidade (s) profissional (is) competente (s), em nome da licitante/RT, em papel timbrado, constando o endereço do contratante, ou ser informado pelo licitante de forma a permitir possível diligência, que comprove(m) a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos semelhantes ao objeto deste Edital;

26.10 - A licitante deverá comprovar a execução dos serviços descritos, na Planilha Orçamentária e destacados no subitem 26.3, os quais se referem às parcelas de maior relevância e valor significativo da obra, conforme estabelece o Art. 30 Inciso II da L.F. 8666/1993;

Este item tem por referência o inciso II, do artigo 30 da lei 8.666/93, pelo qual a deve a empresa licitante ter a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

Assim, para satisfazer a qualificação técnico-operacional, deve a empresa licitante demonstrar que ela, e não somente seu quadro de funcionários técnicos, tenha executado serviços, obras, compatíveis em características, quantidades e prazo similares ao objeto licitado, sob pena de não cumprimento da exigência importar em inabilitação e/ou desclassificação do certame.

Essa situação visa tão somente garantir uma boa execução do contrato, com a comprovação que o licitante demonstre experiência anterior na realização de obra(s) semelhante(s)/similar(es) àquela do objeto do edital em questão.

Nesse sentido é o entendimento do TCU:

É obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 914/2019: Plenário, relator: Ana Arraes)

Ocorre, porém, que a CAT (certidão de acervo técnico) apresentado pela licitante SEVAL CONSTRUÇÕES LTDA. somente é do RT Sr. Marcos Fiorante Gualda, uma vez que a empresa que executou os serviços não foi ela,

mas sim a **CIAFLOOR INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS DE BORRACHA LTDA.**, CNPJ 29.033.765/0001-00, vejamos:

DADOS DO PROFISSIONAL

Profissional: MARCOS FIORANTE GUALDA

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

Data de obtenção do título: 15/03/2001

Registro Nacional: 000A329592

Data de Registro: 21/03/2001

Validade: Indefinida

ANOTAÇÃO DE CURSO

- Nenhum curso anotado.

DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT

Número do RRT: 11454830

Tipo do RRT: RRT SIMPLES

Registrado em: 01/12/2021

Forma de registro: INICIAL

Participação Técnica: INDIVIDUAL

Descrição:

Execução de um piso de borracha (monolítico) com aplicação em duas camadas, piso feito no local.

Empresa contratada: Ciafloor Industria e Comercio de Artigos de Borracha - Ltda.
CNPJ: 29.033.765/0001-00



Observa-se, então, é que a licitante SEVAL CONSTRUÇÕES LTDA., apesar de habilitada pela comissão de licitação, não apresentou documento hábil a comprovar que a mesma tenha realizado serviço anterior similar ao exigido em edital, o que vai de contrário às normas editalícia e legais.

Vejamos o que aduz a súmula 263 do TCU sobre o tema:

“Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

Ora, nobre comissão, torna-se insustentável a habilitação de licitante que descumpre descaradamente o que preceitua o edital. A não apresentação de qualificação técnico operacional por parte da licitante importa em inabilitação dela do certame, sob pena de pôr em risco a lisura do procedimento, ou pior, acarretar danos ao erário com a contratação de empresa que não demonstrou ser capaz de cumprir aos serviços licitados.

A administração deve ater-se ao interesse público, sob os ditames legais e principiologicos, não cabendo discricionariedade de seus agentes para admitir que licitantes possam concorrer ao certame sem que detenham as qualificações técnicas mínimas exigíveis e compatíveis aos serviços de relevância destacados.

Tendo a administração destacado o serviços de “Piso de Borracha Reciclável Monolítico Colorida Espessura mínima 4cm, para Playground”, deveria a licitante SEVAL CONSTRUÇÕES LTDA demonstra que já realizou serviços desta semelhança, não somente de seu Responsável Técnico, o que termina por inabilitar sua proposta.



Isto posto, a licitante SEVAL CONSTRUÇÕES LTDA. viola claramente o disposto no item 26.9 do edital, não comprovando sua aptidão técnica para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos semelhantes ao objeto do edital – medida que sua inabilitação é medida que se impõe.

4. DO PEDIDO.

Pelo exposto, com base nestas razões recursais, a recorrente pede a esta nobre Comissão que seja recebido e processado o presente **recurso administrativo**, e provido com efeito, revendo a decisão vossa:

1. Para julgar a empresa recorrente, CONSTRUTORA QUEIROZ PARRREIRA LTDA., como HABILITADA a participar da próxima fase do certame, pela comprovada qualificação técnica exigida, em específico ao item 26.3, a.11, cujo objeto **PISO DE BORRACHA** do atestado é semelhante/similar ao previsto no edital, pois possuem mesma fabricação, composição, funcionalidade e, portanto, tem aptidão para execução do serviço nos termos do artigo 30 da lei 8.666/93, também à luz dos princípios, doutrina e jurisprudência, como medida de justo direito e lédima justiça.

2. Para INABILITAR a licitante SEVAL CONSTRUÇÕES LTDA., pela não demonstração de aptidão na qualificação técnico operacional, uma vez que o atestado de capacidade apresentado qualificam o Responsável Técnico Marcos Fiorante Gualda e empresa terceira **CIAFLOOR INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS DE BORRACHA LTDA., CNPJ 29.033.765/0001-00**, sem qualquer relação à licitante supra.

3. Não sendo acatado as razões recursais por esta digna Comissão, o que não se acredita acontecer, requer seja remetido o presente recurso à autoridade superior, a fim de que a mesma o reaprecie, como de direito.

Nestes termos, P.E. deferimento.

CONSTRUTORA QUEIROZ PARREIRA LTDA.
CNPJ 11.479.422/0001-08